



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

## O MARXISMO NA PROFISSÃO E A DEFESA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO FRENTE AOS AVANÇOS DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

TATIANA LYRA LIMA FÉLIX<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta os processos históricos do serviço social como profissão, resgatando as bases tradicionais à Renovação profissional a partir dos anos 1960. Ressalta a saída da subalternidade teórica da profissão frente às ciências sociais, por meio da interlocução crítica marxista nas produções teóricas próprias do serviço social. Saliencia os ganhos advindos pelo movimento questionador crítico dos anos 1980, dentre eles, a elaboração do projeto ético político pautado na defesa intransigente da classe trabalhadora e os avanços do conservadorismo tanto na formação, quanto no processo de intervenção profissional na atualidade.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Conservadorismo; Marxismo; Projeto Ético Político.

**Abstract:** This article presents the historical processes of social service as a profession, rescuing the traditional bases for the professional renewal from the 1960s. It emphasizes the departure of the theoretical subalternity of the profession from the social sciences through the Marxist critical interlocution in the theoretical productions of the social service. It highlights the gains made by the critical questioning movement of the 1980s, among them the elaboration of the political ethical project based on the uncompromising defense of the working class and the advances of conservatism both in the formation and in the process of professional intervention in the present time.

**Keywords:** Social Service; Conservatism; Marxism; Political Ethical Project.

### I. INTRODUÇÃO

No âmbito da reprodução das relações sociais capitalista, surge e se desenvolve o serviço social como profissão. Suas raízes tradicionais profundas tornam-se palco de grandes discussões entre os assistentes sociais nos anos 1960, onde a recusa e a denúncia ao conservadorismo profissional

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <tatianalyra@yahoo.com.br>.

condicionam a exigência de um processo de Renovação na profissão. A expressão mais decisiva do marco dessa renovação foi a existência de um movimento questionador atrelado a postura teórica marxista, que, numa conjuntura favorável a sua explícita manifestação, contribuiu para proporcionar um salto de qualidade no serviço social, elevando seu patamar de subalternidade teórica no conjunto das ciências sociais e humanas, além do alcance de inúmeros ganhos políticos a partir dos anos 1980.

Entretanto, a conjuntura brasileira que vem se alastrando desde os anos 1990 torna evidente um retrocesso político desafiador para a categoria profissional. A situação agravante da lógica neoliberal trazem marcas profundas na formação e na prática interventiva do serviço social, tornando evidente o avanço do conservadorismo na profissão e inúmeros desafios.

A história do marxismo na profissão evidencia um resgate profundo de inovações e descobertas altamente atreladas ao conhecimento histórico do serviço social na sua relação com a realidade burguesa. Seu engajamento nos movimentos de lutas, junto ao conjunto de trabalhadores e demais profissionais, culminou na construção de um projeto ético político, que defende a superação de inúmeros preceitos condizentes as contradições do capital. Nesse processo, é imprescindível a contínua explanação das bases teóricas marxianas no debate profissional e a defesa desse projeto como um ganho histórico coletivo.

Na busca de entender a configuração das bases conservadoras no serviço social e os movimentos decisivos para a sua superação, esse estudo se propõe, num primeiro momento, a situar a gênese do serviço social como profissão e seus condicionamentos tradicionais nos marcos do Capitalismo Monopolista; bem como, o processo de renovação profissional, particularizando o projeto de Intenção de Ruptura e a produção do conhecimento aliada a referência crítica marxista nas diretrizes curriculares e o projeto ético político profissional. Num segundo momento, será abordado o legado marxiano no serviço social contemporâneo e os desafios na defesa da efetivação dos elementos constitutivos do projeto ético político em detrimento aos avanços conservadores até então presentes na categoria profissional.

## II. O SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL E O MOVIMENTO QUESTIONADOR PROFISSIONAL FRENTE ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

O serviço social é uma profissão que surge no final do século XIX, num momento em que o capitalismo experimenta profundas transformações econômicas, sociais e políticas em seu ordenamento e dinâmica. Trata-se de um período histórico de transição entre o Capitalismo Concorrencial<sup>2</sup> e o Capitalismo dos Monopólios, onde profundas modificações sofridas pelo sistema produtivo “recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana”. (Netto, 2006, p. 15).

A fase dos monopólios ascende a maturidade histórica da sociedade burguesa, ao constituir uma organização onde surge a urgência em viabilizar “o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2006, p. 16)<sup>3</sup>. Para Netto, tal processo é eminentemente problemático, pois demanda mecanismos de intervenção extra econômicos como o redimensionamento da instância do Estado, cujo eixo de intervenção é o de

---

<sup>21</sup>. Na fase concorrencial, os capitalistas individuais crescem, na medida em que a concentração dos meios de produção se eleva. As parcelas de capitais originais passam a funcionar como novos capitalistas autônomos, a acumulação do capital, cresce, portanto, em maior ou menor proporção, ao número de capitalistas. O segundo está relacionado ao “capital social, localizado em cada esfera específica da produção, repartido entre muitos capitalistas, onde se apresentam como produtores de mercadorias independentes e que se correspondem entre si”. Assim, a acumulação “viabiliza a concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho” Diante da concorrência, com o aumento da produtividade e do barateamento das mercadorias, capitalistas menores disputam as esferas de produção com capitalistas maiores. Apresenta-se então uma disputa entre os capitais, que, “termina sempre com a ruína de muitos capitais menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram”. (MARX, 1988, p. 187-8).

<sup>32</sup> Na fase monopólica do capital, há um leque de fenômenos na dinâmica econômica, tais como: a tendência ao crescimento dos preços das mercadorias e serviços produzidos pelos monopólios; a elevação dos lucros nos setores monopolizados; elevação da taxa de acumulação e a de subconsumo; investimentos em setores de maior concorrência; introdução de novas tecnologias e a economia de trabalho vivo como tendência; aumento dos custos de venda, diminuição dos lucros adicionais e a tendência ao subconsumo. Um fenômeno importante da fase do capitalismo monopolista, de acordo com Netto, é a supercapitalização; ou seja, o crescimento de capitais excedentes de forma proporcional à tendência descendente da taxa média de lucro, o que dificulta a valorização do montante de capital acumulado. Outro fenômeno diz respeito ao parasitismo na vida social ao engendrar a oligarquia financeira e ao divorciar a propriedade da gestão dos grupos monopolistas. (Netto, 2006, p. 16).

garantir os superlucros dos monopólios, tendo o poder político e econômico para desempenhar múltiplas funções. Assim, está claro que:

O Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas. (Netto, 2006, p. 22).

Entre tais condições, inclui-se um elemento novo para a reprodução ampliada do capital na fase monopólica: a intervenção e o controle contínuo do Estado sobre a força de trabalho ocupada e excedente. Como instância política econômica do monopólio, o Estado é obrigado a assegurar continuamente essa reprodução da manutenção da força de trabalho e compelido a “regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal”, assim como “instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio”. (NETTO, 2006, p. 23). Nesse nível dá-se a articulação entre as funções econômicas e políticas do Estado Monopólico burguês. Para exercer no plano econômico, deve legitimar-se politicamente alargando a sua base de sustentação mediante “a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais”, com ênfase num consenso para assegurar o seu desempenho de controle. (NETTO, 2006, p. 23).

É importante denotar que a transição ao capitalismo monopólico ocorreu, de forma paralela, à organização das lutas do proletariado e demais trabalhadores. Trata-se de um período histórico de demandas econômico-sociais e políticas imediatas advindas dos processos reivindicatórios da totalidade dessas mobilizações de lutas condicionadas à ordem monopólica. O Estado passa a buscar legitimação política através do jogo democrático, “é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas.” (NETTO, 2006, p. 25). Esse processo é tensionado pela exigência monopólica e pelos conflitos que ela proporciona em toda escala social. Nesse contexto,

As sequelas da 'questão social'<sup>4</sup> tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a 'questão social' se põe como alvo de políticas sociais. (Netto, 2006, p. 25).

É por meio da implementação de políticas sociais<sup>5</sup> que o Estado burguês na fase monopolista do capitalismo configura sua intervenção contínua, estratégica e sistemática sobre as sequelas da “questão social”. A funcionalidade essencial da política social estatal é a preservação e o controle da relação entre capitalistas e trabalhadores ocupados, bem como entre a força de trabalho lançada no exército industrial de reserva, cuja intervenção é estabelecida por meio de sistemas de seguro social. Trata-se, evidentemente, de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista com base numa imagem de um Estado “social”, mediador de interesses conflitantes.

Essa intervenção estatal ocorre sobre “a questão social” atacando-a nas suas refrações, por meio da implementação de políticas sociais setoriais para atender as lutas e as confluências dos protagonistas sociais que perpassam por campos de tensão e aliança, sendo jogados a determinadas categorias de profissionais técnicos especializados. É nesse cenário que se instaura a emergência de um espaço histórico-social do serviço social como profissão.

O efetivo fundamento profissional do serviço social é “a criação de um espaço sócio-ocupacional onde o agente técnico se movimenta – mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho”<sup>6</sup>. (p. 66). Trata-se de um espaço instaurado pela ordem monopólica que, “na divisão

---

<sup>43</sup> Em Netto (2006), as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante conjunturas econômicas adversas, etc.) são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de *características inelimináveis de toda e qualquer ordem social* (p. 155).

<sup>54</sup>. “As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento (...) às expressões da questão social no capitalismo [...]” (Behring, 2009, p.51), efetivadas através da intervenção do Estado, mediante as lutas sociais, mobilização e organização da classe trabalhadora.

<sup>65</sup> Segundo Netto, há uma ruptura entre as protoformas e a constituição do serviço social enquanto profissão. Para ele, “não é a continuidade evolutiva das protoformas ao serviço social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas, concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, independentemente das protoformas, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho”. (p. 69 - 70).

social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do serviço social nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a 'questão sociais', tipificadas nas políticas sociais." (NETTO, 2006, p.70). Dessa forma, os assistentes sociais tornam-se profissionais assalariados e tem como um fundamento de seu exercício a legitimação do desempenho de funções executivas incorporadas pelo projeto sócio-político conservador da burguesia monopólica. Nesse período histórico em que nasce o serviço social tradicional, pode-se afirmar que o desempenho das funções executivas pelos profissionais era caracterizado por uma

prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da 'questão social' sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável. (Netto, 2005, p. 6).

A partir de 1960, surge um divisor de águas na história do serviço social. Com o processo de Reconceituação e Renovação profissional<sup>76</sup>, o tradicionalismo até então presente passa a ser questionado e uma ruptura a suas bases torna-se necessário. Esse marco histórico, no Brasil, teve como expressão três perspectivas importantes: a perspectiva modernizadora, na década de 1960, a Reatualização do Conservadorismo, nos anos 1970, e a Intenção de Ruptura, que começa timidamente a se gestar a partir de 1960, ganhando densidade no final de 1970 com o Congresso de Virada e o seu entrosamento coletivo com a construção de um Projeto Ético Político mediante

Primeiro, a incorporação da teoria crítica marxista no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento pelo Serviço Social, que alçou a profissão à estatura das melhores produções críticas existentes sobre a questão social, política social, direitos e emancipação, fundamentos do Serviço Social, ética, e lhe permitiu romper com o pensamento conservador predominante nas ciências sociais. Segundo, pela articulação do serviço social com movimentos sociais, partidos políticos anticapitalistas, o que lhe atribui um compromisso ético-político e profissional com as classes

---

<sup>76</sup> Em Netto, a Reconceituação está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960. Seu marco inicial foi o I Seminário Regional Latino Americano de serviço social, realizado em maio de 1965, em Porto Alegre. Posteriormente, foi estimulado pelo Instituto de Solidariedade Internacional, desenvolvendo-se como tal até meados de 1970. (Netto In: *O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois (2005) e Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 (2007)*).

trabalhadoras, incrustado em nosso Código de Ética Profissional. Terceiro, pela superação do até então monopólio conservador que orientava a formação e o trabalho profissional, por meio do confronto crítico de ideias, valores, princípios e teorias. E, quarto, pela construção de uma organização teórica-política-profissional – Conjunto CFESS\Cress, Abepss e Enesso – comprometida com valores e lutas anticapitalistas. (Boschetti, p. 641).

A aproximação do serviço social com a tradição marxista foi a tentativa mais radical de superar as implicações práticas e ideológicas do tradicionalismo na profissão. Por meio desse caminho percorrido pela profissão, buscou-se se romper verdadeiramente com a herança conservadora. No entanto, a abertura de possibilidade de ruptura com o conservadorismo não ocorreu sem problemas, mas com “grandes dificuldades para a construção de uma alternativa crítica realmente viável e livre dos condicionantes fatalistas ou voluntaristas”. (MARANHÃO, 2016, p. 181) presentes no serviço social tradicional.

Mergulhado em tendências conservadoras, o contexto histórico<sup>8</sup>, econômico e político no qual o serviço social começa a esboçar o projeto de Intenção de Ruptura impediu uma melhor expressão da riqueza e complexidade do marxismo no âmbito profissional. Para Maranhão (2016), as primeiras manifestações profissionais de questionamento do status quo ocorreram desde o final dos anos 1950 e início da década seguinte. Em meados dos anos 1970 ganha força o movimento democrático de resistência popular, e, com ele, o projeto de intenção de ruptura passa a ser lançado por toda a categoria profissional. Assim, esse projeto surge nas universidades e, aos poucos, se alastra entre os profissionais.

Sem dúvida, a conjuntura política da época, em conjunto com a inscrição da formação do assistente social no interior do circuito universitário brasileiro, concorre como os dois vetores principais que intervieram no processo que intenta uma ruptura crítica da profissão com o histórico tradicionalismo conservador. (Maranhão, 2016, p. 182).

Por causa dessa conjuntura do país, surgem na universidade os processos de interação intelectual entre assistentes sociais pesquisadores, que

---

<sup>87</sup>. Trata-se da ditadura militar de 1964, o movimento global do ciclo autocrático burguês e o serviço social no Brasil pós 1964. Ver Netto (2007).

passam a entrar em contato com diversas correntes das ciências humanas. É diante dessa aproximação que se abre maior interação com os movimentos políticos e sociais da realidade brasileira. Esse entrosamento aos movimentos políticos e às diversas correntes das ciências humanas trouxe os primeiros contatos com a tradição marxista.

Lessa (2007) argumenta que, a investigação teórica pautada no marxismo retirou o Serviço Social “de uma posição de ‘subalternidade’ em relação aos outros ramos das Ciências Humanas”. Antes, o campo investigativo se limitava ao estudo de caso no âmbito das ciências sociais; agora, “ganham impulso no seu interior as investigações, claramente críticas ao capitalismo, de questões teóricas as mais fundamentais, aos poucos, mas perceptivelmente, inserindo o Serviço Social como produtor de “teoria de ponta” no interior do conjunto das ciências sociais. (LESSA, 2007, p. 11). Esse ganho trouxe um notório avanço para a profissão por marcar um espaço de reflexão ética que envolve a prática cotidiana e de discussão política na relação entre “os projetos de emancipação, a ação do Estado e a atuação dos assistentes sociais”. (idem).

Tendo em vista a ampliação de um acúmulo teórico crítico pertinente a profissão, novos tipos de pesquisa e investigação nos programas de Pós-graduação tanto recebem influências, quanto introduzem novos tópicos no conjunto das ciências sociais. Na década de 1990, “os estudos visando superar tanto o conservadorismo, como as apreensões lógico-formais de Marx deixaram de ser exceções” e passaram a hegemonizar alguns espaços acadêmicos, criando uma melhor contribuição para o enriquecimento do arsenal teórico-metodológico marxista no serviço social. (MARANHÃO, 2016, p. 194). A partir desse período, surge o debate teórico profissional sobre a categoria trabalho. Nele, busca-se estabelecer uma relação entre, o serviço social, o capitalismo contemporâneo e a teoria original de Marx. Além disso, e não menos importante, torna-se evidente uma

proposta de formação constante nas diretrizes curriculares da Abepss, fundada na teoria crítica marxiana e em suas categorias centrais: totalidade, historicidade, contradição, mediação e multideterminação dos fenômenos. E na regulação ético-política da profissão estabelecida no Código de Ética, na Lei de



Regulamentação da Profissão e nas legislações daí recorrentes<sup>9</sup>, que assumem ética e politicamente o compromisso profissional com a classe trabalhadora e com os movimentos de lutas sociais, na perspectiva da emancipação humana, recusa a todas as formas de conservadorismo, de exploração, opressão e discriminação. (Idem).

A criação de um currículo mínimo nas diretrizes curriculares da Abepss de 1996 para os cursos de Serviço Social refletiu mudanças no campo do ensino superior, de base científica na apreensão do real com relação ao mercado de trabalho, demandas e respostas profissionais. Segundo Macedo (2000, p. 98), a nova proposta curricular é “conceber o serviço social como processo de trabalho, enquanto base para disciplinas que compõem o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.”<sup>10</sup> Ou seja, a questão social deve ser o elemento central nessa proposta.

Em fins do século XX, o debate sobre a crise da sociedade do trabalho eleva a preocupação do serviço social em fornecer sugestões férteis para a compreensão das radicais mudanças observadas na atualidade. Destituídas de historicidade e criticidade, muitas das teses incorporadas nas ciências sociais eram palco de discussões críticas no serviço social, sendo o pensamento conservador um desafio firmado no interior da vanguarda que defende o movimento questionador. O envolvimento do serviço social no marxismo após os anos 1990 revela um leque de debates importantes para enriquecer o entendimento crítico da realidade. Vinculada às discussões que se condensam no âmbito das ciências sociais, a categoria profissional busca entender a realidade social diante do sistema totalizante de contradições e desumanizações do capital e, atualmente necessita preservar essa criticidade,

---

<sup>98</sup>. As legislações e regulamentações profissionais estão disponíveis na página do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em:

<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>.

<sup>109</sup>. Segundo Costa (2000), o debate sobre o trabalho nas diretrizes curriculares tem explicação de natureza externa e interna à profissão. Quanta a externa, uma delas remete às “profundas transformações porque passa o mundo contemporâneo e aos problemas decorrentes do processo frequentemente denominado reestruturação produtiva”. A explicação de natureza interna à profissão a respeito do debate sobre o trabalho, segundo a autora, refere-se a aproximação do serviço social com as ciências sociais para entender as modificações no campo das relações de trabalho; definição do lugar ocupado pelo serviço social no interior da sociedade. (p. 96-98).

reconhecendo os ganhos inclusos no seu projeto ético político<sup>11</sup>, como veremos a seguir.

### III. MARXISMO, PROJETO ÉTICO POLÍTICO E CONSERVADORISMO NOS MARCOS CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO SOCIAL

O pensamento conservador enfrentado mediante a hegemonia do pensamento crítico marxiano após a década de 1970, recentemente vem sendo metamorfoseado sob novas dimensões do fazer profissional. Trata-se de uma referência a “reatualização do pragmatismo, da ênfase no serviço social como profissão da prática, da busca por metodologias conservadoras no âmbito das Ciências Sociais, sobretudo aquelas assentadas no pensamento pós-moderno”. (BOSCHETTI, p. 647). Essa reatualização do conservadorismo no âmbito do fazer profissional está intimamente relacionada ao avanço de certos traços conservadores na formação profissional, como o teorismo acrítico que estimula a circulação de categorias pós-modernas e conservadoras das Ciências Sociais no interior do serviço social, aceitando sem criticidade abordagens abstratas sem desvendar o real em sua totalidade.

A organização capitalista da vida social insere uma fluidez, um imediatismo e uma heterogeneidade sobre o cotidiano da prática interventiva dos assistentes sociais. A multiplicidade problemática das refrações da ‘questão social’, traz a tona os problemas para os quais se entrecruzam uma série de fenômenos que escapam dos modelos formal-abstratos<sup>12</sup> de apreensão da realidade social utilizados no cotidiano da prática profissional. Ou seja, é por meio da heterogeneidade, imediaticidade e superficialidade na vida

---

<sup>1110</sup> Segundo Netto, “a história de tal projeto remonta a transição dos anos setenta aos oitenta do século XX, marcados especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional”. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes desse novo projeto profissional, sendo configurado em sua estrutura básica no trânsito dos anos 1980 aos 1990. (Dossiê CFESS 2007, Revista Inscrita nº10, p. 37).

<sup>1211</sup> Segundo César Maranhão (2016), os modelos formal-abstratos que tradicionalmente são usados nos espaços profissionais para manipular estatísticas e quadros conjunturais diversos (por exemplo: a tricotomia caso\grupo\ comunidade, ou a sequência estudo\diagnóstico\terapia\avaliação mostram-se incapazes de apreender o gigantesco sistema de mediações concretas que formam a rede em que se tece a multiplicidade de demandas apresentadas cotidianamente ao serviço social na forma de refrações da ‘questão social’.” (p. 172)

cotidiana, sob a reprodução das relações capitalistas, que o serviço social, através de práticas como “o disciplinamento da família operária, a reordenação de orçamentos domésticos, a recondução às normas vigentes de comportamentos transgressores ou potencialmente transgressores, a ocupação de tempos livres”, realiza sua intervenção sobre o cotidiano das populações atingidas pelas refrações da questão social. Assim, “cria-se um terreno fértil para as práticas pragmáticas que visam apenas reproduzir o ambiente institucional”. (MARANHÃO, p. 174).

Como vimos, ao longo da existência do serviço social como profissão, se constituem, se desenvolvem e se materializam determinações sociais permeadas e alimentadas pelo pensamento conservador. O enfrentamento de luta ao conservadorismo se insere mediante a um contexto de forte ofensiva capitalista, em meio a uma crise mundial, com transformações que impactam a classe trabalhadora e os projetos de superação do capital. Nessas condições, pode-se afirmar que o serviço social, enquanto instituição ligada a manutenção e reprodução da ordem do capital, é uma profissão liberal que se aproxima das bases críticas do marxismo com o comprometimento em desvelar a realidade social burguesa em Marx para intervir criticamente sobre ela. Isso traz uma clareza de que, apenas como parte constitutiva do conjunto da classe trabalhadora, a luta pela transformação radical do sistema produtivo capitalista é necessária.

Historicamente no serviço social, a relação conflituosa entre as vanguardas acadêmicas e a categoria profissional é uma relação de contínua dificuldade. Por um lado, há “a construção de propostas críticas que intervenham diretamente no campo de atuação profissional concreta; e, por outro lado, o distanciamento de “profissionais do desafio direto de refletir e sistematizar sua prática visando a batalha contínua” nos espaços institucionais. (MARANHÃO, 2016, p. 196). Segundo o autor, se confirma na realidade da dinâmica histórica do serviço social brasileiro uma dicotomia entre a ampliação e o aprofundamento na academia os “estudos referentes a tradição marxista”, e o que ocorre nos espaços profissionais que se “desenvolvem, pouco e fragilmente, estratégias de atuação que visem a sistematização crítica de sua prática profissional”. (idem). O que para o autor, diante desses processo,

provoca “uma reposição contínua do conservadorismo e do imediatismo presentes em amplos setores profissionais”. (idem). Ou seja,

Por traz desse aparente paradoxo, há, por um lado, um descompasso entre o universo simbólico que a produção teórico-metodológica e profissional das chamadas ‘vanguardas acadêmicas’ produziu e aquele que parece pertinente à massa da categoria – para esse descompasso, tanto contribui a formulação nem sempre límpida das vanguardas quanto o próprio empobrecimento cultural recente do assistente social. Além disso, a atual conjuntura da correlação de forças políticas jogou grande parte das organizações dos trabalhadores brasileiros na defensiva, dificultando a consolidação de alternativas ao projeto do grande capital e minimizando a capacidade de organização e intervenção política dos trabalhadores. (Maranhão, 2016, p. 196-7).

O distanciamento dos problemas teóricos colocados pelas vanguardas acadêmicas e sua relação com a prática profissional torna-se, também, um descompasso somado à “pobreza de indicativos prático-profissionais de operacionalização imediata que a perspectiva crítica vem oferecendo aos profissionais”. (MARANHÃO, 2016, p. 197). Para o autor, esses indicadores são de extrema importância para o entendimento de características conservadoras persistentes no serviço social, além do embasamento ontológico e social que não deve ser desconsiderado. Ou seja,

Essa determinação diz respeito à ampliação cada vez maior de uma espécie de “cultura do imediato”. Esse ambiente cultural, próprio de uma época que intensifica as características da chamada ‘Sociedade de Manipulação’, ao negar a diferença entre aparência e essência e exaltar a impossibilidade de se ultrapassar pela análise do pensamento a atual fragmentação da realidade social, defende soluções que se limitam a espaços de atuação locais e imediatos e, rapidamente, vem adquirindo corpo em amplos setores institucionais, inclusive na academia. (Maranhão, 2016, p. 198).

Segundo o autor, o pós-modernismo não desvenda as determinações materiais do capitalismo maduro e requer um desafio à renovação do pensamento dialético crítico. Não são condições novas, mas características próprias do racionalismo burguês o envolvimento das ciências humanas com a negação dos fundamentos ontológicos. No entanto, no cenário atual, o que há de novo “é que o mundo vive hoje sob o impacto das transformações de um capitalismo em crise global, no qual o pensamento irracionalista ganha cada

vez mais destaque nas ciências humanas e sociais”. (MARANHÃO, 2016, p. 198).

A tendência de negação da historicidade e a necessidade de metamorfoseá-la, a efemeridade das relações sociais e a fetichização da mercadoria são alguns dos condicionalizantes próprios da mistificação da realidade que o capitalismo implanta como um tipo de racionalidade histórica que nega a possibilidade de apreensão dos fundamentos do fenômeno. As bases críticas são interditas por uma racionalidade manipuladora do sujeito em face do mundo objetivo. Assim, a pós-modernidade implica um cancelamento e degradação das determinações humanistas, históricas e dialéticas do pensamento de Marx.

Além do ambiente sociocultural e ideológico do pensamento empirista, pragmático e manipulador referenciado, existe “um conjunto de determinações próprias à dinâmica atual de desenvolvimento das políticas sociais que também concorre para uma ampliação da práxis burocrática e imediatista nos espaços acadêmicos e profissionais da categoria”. (MARANHÃO, 2016, p. 199). Ou seja, “a intensificação das contradições do capitalismo maduro na atualidade tem proporcionado também o adensamento da ‘manipulação’ e da práxis burocrática no processo de monitoramento e controle das políticas sociais do estado capitalista brasileiro”. (idem, p. 200), o que passa a determinar o condicionamento de novas habilidades profissionais e traz grandes dificuldades para desenvolver a difusão de alternativas críticas na contemporaneidade para a profissão.

Segundo Boschetti (2015, p. 647), a reatualização do conservadorismo no âmbito do fazer profissional está determinada pelo “avanço de certos traços conservadores na formação profissional. A incorporação do pensamento pós-moderno nos currículos, à revelia das Diretrizes Curriculares, tem revitalizado alguns traços conservadores”, que merecem ser destacados. O metodologismo tecnicista e legalista do positivismo que está presente na formação e na pesquisa acrítica, apolítica, contrária ao pensamento marxista; O teorismo acrítico como conceituação de categorias pós-modernas e conservadoras das ciências sociais que aceitam sem criticidade teorias abstratas que não desvendam o real em sua totalidade, como as teses sobre o fim do trabalho.

Estabelece uma neutralidade e acriticidade, que gera um arsenal conservador de categorias no serviço social como integração, vigilância, empoderamento, dentre outros. O aligeiramento da formação e da pesquisa como um traço que viabiliza os aportes conservadores na contemporaneidade, pois expande cursos superficiais, com formação funcional ao mercado. O pragmatismo tanto na formação, quanto no trabalho profissional, baseado na filosofia utilitarista, imediatista, com um discurso dicotômico entre teoria e prática. O voluntarismo que “favorece a ação pragmática individualizada e responsabilidade pessoal e profissional sobre o trato das expressões da questão social”. E o possibilismo, “típico do conformismo com mudanças no quadro das instituições capitalistas existentes”; à exemplo, o contentamento do serviço social com orientações neoliberais de fortalecimento do capital humano. Para a autora,

Muitos desses traços conservadores são fomentados pelo desencanto e pelas sucessivas perdas sociais e históricas, submetidas à barbárie neoliberal. Enfrentá-las e superá-las exige construir estratégias coletivas pautadas no Projeto Ético-Político Profissional, que possibilitou ao serviço social alcançar a sua maioria teórica política. Por isso, debelar esses traços conservadores requer recusar a formação aligeirada, acrítica e tecnicista e defender a formação na perspectiva de totalidade sem nenhuma concessão ao possibilismo e ao reformismo. Exige recusar os modismos tecnicistas e pragmáticos na formação e no trabalho profissional e defender firmemente o trabalho como espaço de fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, direitos entendidos como mediação para acumular forças, para fortalecer as lutas universais pela libertação das relações mercantis. No âmbito especificamente do Serviço Social, o desafio de reafirmar nosso Projeto Ético Político é mais necessário do que nunca. (Boschetti, 2016, p. 650).

A ofensiva neoliberal preserva e intensifica uma explícita ameaça aos ganhos democráticos sociais alcançados pelas lutas sociais dos anos 1980. O projeto ético político “se viu fortemente tensionado pela conjuntura que se abriu com o governo Lula iniciado em 2003” foi atacado “em suas bases efetivas, colocando-o à beira de uma crise, precisamente por duas razões principais: a continuidade da política econômica neoliberal e o revisionismo teórico-político que poderia absorver os segmentos progressistas com os quais os assistentes sociais se identificavam”. (BRAZ, 2007, p. 6). Segundo Braz (2007) esse projeto profissional entra em crise mediante dois problemas centrais:

O primeiro diz respeito à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho. Ultrapassa os limites da realidade brasileira, uma vez que tem antecedentes históricos, que remetem à própria crise do socialismo mundial desencadeada a partir dos anos 1990. A repercussão tardia entre nós deveu-se à forte efervescência sociopolítica dos anos 1980. (BRAZ, 2007, p. 7).

Segundo o autor, o processo de redemocratização fortaleceu os movimentos sociais durante a década de 1990, estabelecendo “um projeto societário democrático-popular de corte anticapitalista que, dada a sua heterogeneidade, conseguiu articular amplos estratos das classes trabalhadoras”. No entanto, demonstrou forte crise a partir de 1998, com o aprofundamento da política neoliberal, consumando assim “o empobrecimento de um projeto societário alternativo ao do capital”. (BRAZ, 2007, p. 7). Isso significou a instalação de uma verdadeira crise para o serviço social, categorias profissionais e variados grupos sociais.

O segundo problema está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional. Refiro-me às condições atuais sobre os quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil. Se o projeto ético político indica um dever ser da profissão (ou o seu vir a ser possível), as condições objetivas do trabalho e da formação profissionais expressam o seu ser concreto. Ainda que o projeto se plasme na realidade como uma forma de ser da profissão, ele só se materializa, se se objetivar na existência efetiva, a partir de diversas mediações sócioprofissionais e das variadas demandas contraditórias que determinam o serviço social. (Braz, 2007, p. 7-8).

Esses segmentos, mesmo que diferenciado entre si, possuem uma peculiaridade comum em busca de respostas imediatas e fragmentadas às demandas do serviço social vinculadas aos impactos destrutivos do projeto neoliberal sobre as condições de trabalho profissional. Nesse cenário de fragmentação, que torna corporativa as demandas político-profissionais do assistente social, “o projeto pode ter mais dificuldade de exercer sua direção social e pode ser cobrado pela própria categoria a flexibilizar seus princípios e a adaptar suas diretrizes para atendê-la em suas demandas mais imediatas, correndo o sério risco de rebaixamento de sua agenda política”. (BRAZ, 2007, p. 8).

Para o supracitado autor, nas condições de formação dos assistentes sociais, as bases materiais do projeto ético político é extremamente

preocupante. A mercantilização do ensino superior no Brasil desde o governo FHC provocou um “crescimento incontrolável de grandes grupos privados de ensino de graduação à distância”, autorizado a partir de dezembro de 2005, de forma antidemocrática, por meio de um decreto estabelecido pelo presidente Lula. (BRAZ, 2007, p. 8). Trata-se de estimular um perfil profissional radicalmente alterado, seja nos processos quantitativos, onde a categoria dobra seu contingente no país, quanto qualitativamente, por meio de uma formação duvidosa e de rápida duração. Para o autor,

A rápida modificação do perfil dos assistentes sociais no Brasil repercute no projeto ético político em dois planos. Primeiro no âmbito do exercício profissional que, quando desqualificado, vulnerabiliza a imagem da profissão no sentido de sua desvalorização na sociedade, além de pressionar para baixo as já desfavoráveis condições salariais. Noutro plano, pode-se dizer que esse mesmo perfil – produzido por uma formação profissional pouco qualificada, em ambientes nada acadêmicos, despolitizados, que não propiciam uma necessária vivência universitária aos estudantes, tende a dificultar a formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional. É que o seu surgimento ocorre, em grande parte, da articulação de uma sólida formação e de uma vivência política, que tem na universidade um *locus* privilegiado. (p. 10).

Conforme a trilha percorrida pelo Serviço Social que foi desvelada nesse estudo, pode-se concluir que o fortalecimento contínuo e a articulação entre a categoria profissional e a acadêmica, são necessários tendo em vista preservar os limites e as possibilidades existentes entre esses dois espaços. O Projeto Ético Político, como um patrimônio construído coletivamente, não pode ser esquecido, diante do crescimento acelerado da profissão e dos processos conservadores que a rodeiam. Para Braz (2007),

Penso que as saídas para superar o advento quadro atual se encontram no próprio projeto ético político. A defesa radical de seus princípios nos coloca na dianteira da resistência às políticas neoliberais. No entanto, não nos basta apenas a intransigência de princípios, se não formos capazes de criar formas e mecanismos políticos adequados ao tamanho do desafio que temos pela frente, sob pena de cairmos numa mera petição de princípios. (p. 10).

Sendo assim, tanto a formação, quanto a prática interventiva devem incorporar constantemente a indignação com a barbárie, recusando as bases naturalizantes, acríticas e aparentes da realidade. Deve-se perseverar num otimismo e numa convicção de que o marxismo permanece vivo e a história



construída pelo mundo dos homens alimenta o conhecimento da realidade, podendo, assim, ser transformada.

#### **IV. CONCLUSÃO**

O serviço social é uma profissão que tem no conservadorismo as marcas de sua gênese. Como vimos, ao longo de sua existência, o pensamento conservador se manteve presente. Num cenário de fragmentação e precarização da política neoliberal, grandes desafios vêm sendo enfrentado pelo serviço social. A invasão pós-moderna que ameaça a hegemonia do marxismo na profissão e seu projeto ético político profissional são forte evidências que requer estratégias de lutas e enfrentamento.

Como forma de superação dos avanços do conservadorismo, seja nos espaços acadêmicos de formação ou nos processos interventivos, torna-se fundamental o contínuo fortalecimento do marxismo na articulação entre a categoria profissional e a acadêmica na busca de preservar o Projeto Ético Político, como um patrimônio construído coletivamente. Resistir às políticas neoliberais é colocar-se na defesa radical dos princípios desse projeto e da importância que o marxismo nos traz para entendermos a realidade social de forma crítica, incorporando constantemente a indignação com a barbárie, recusando as bases naturalizantes, acríticas da realidade.

É importante entender que o marxismo na profissão estabelece um conhecimento da realidade para além das aparências, dando-nos a possibilidade, enquanto parte do conjunto da classe trabalhadora, da possibilidade de uma mudança efetiva dos condicionamentos desumanos alimentados e processados por esse sistema. Em meio a todas as conquistas que a profissão vem alcançando ao longo dos anos, torna-se importante buscarmos um aprofundamento mais intrínseco as categorias de Marx e nos posicionarmos, também, com perseverança na defesa da luta pela emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

ABESS; CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1997.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do Conservadorismo na Formação Profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, out./dez. 2015.

BRAZ, Marcelo. A Hegemonia em Xequê: Projeto Ético Político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, ano VII, n. 10, nov. 2007.

COSTA, Gilmaisa. Macedo. Aproximação ao Serviço Social como Complexo Ideológico. **Temporalis**, Brasília, v.1, n. 2, jul./dez. 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Sobral e Maria Gonçalves. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 4. ed. [S.l.]: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. Trabalho e sociabilidade. O debate sobre o processo de trabalho: o sujeito em cena. In: \_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na contemporaneidade. A prática como trabalho e a inserção do assistente social em processos de trabalho. In: \_\_\_\_\_. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. cap. 3, p. 89-105.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia Dell' Essere Sociale II**: Roma, Riuniti, 1981. A Reprodução Social. Tradução Sérgio Lessa. Roma: [s.n.], 1981. p.133- 331.

MARANHÃO, César. Uma Peleja Teórica e Histórica: Serviço Social, Sincretismo e Conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete da; AMARAL, Ângela, (Org). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MARX, K. O Capital. In: \_\_\_\_\_. **A lei geral da acumulação capitalista**. Crítica da economia política. Tradução Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção: Os Economistas)

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1983. cap. 5.

MONTAÑO, Carlos. **La Naturaleza Del Servicio Social**. um ensayo sobre su génesis, su especificidade y su reproducción. Traducción Alejandra Pastorini. São Paulo: Cortez, 1998. (Biblioteca latino-americana de servicio social: série ensayos).

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da Ajuda**: as determinações do serviço social de empresa. 3. ed. [S.l.]: Cortez, 1991.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2007.